

## RESOLUÇÃO

O Governo PSD/CDS-PP apresentou à Assembleia da República uma Proposta de Lei de Regime Jurídico das Actividades Empresariais do Sector Local que, sob a capa de uma revisão do regime jurídico deste sector para reforço do rigor e da transparência esconde as suas verdadeiras intenções: Entregar serviços públicos aos privados e despedir trabalhadores.

Este projecto prevê que, no momento em que entrar em vigor, fica lida a sentença de dezenas de empresas que têm que ser **obrigatoriamente** dissolvidas no prazo de 6 meses. Basta pensar que para tal basta que se verifique **uma** das seguintes situações:

- ✓ A autarquia respectiva tenha que cumprir obrigações assumidas pela empresa local para a qual o respectivo capital se revele insuficiente;
- ✓ As vendas e prestações de serviços dos últimos três anos não cobrem pelo menos 50% dos gastos totais durante o mesmo;
- ✓ Nos últimos três anos os subsídios da autarquia são superiores a 50% das receitas próprias das empresas;
- ✓ Se verifique que, nos últimos três anos o valor do resultado da empresa é negativo.

Só pela aplicação da primeira situação, mais de metade das empresas será liquidada, pois estamos a falar da prestação de serviços públicos essenciais que nunca terão carácter de rentabilidade e precisam sempre de ter suporte no orçamento da autarquia!

Mas a proposta vai mais longe: Por um lado cria requisitos proibitivos para as autarquias absorverem estes serviços e por outro permite a não aplicação da obrigatoriedade de extinção se as autarquias venderem a empresa ao sector privado!

E os trabalhadores? A proposta do Governo não deixa dúvidas:

- ✓ Os trabalhadores provenientes das autarquias regressam aos serviços de origem.
- ✓ Os trabalhadores contratados podem ser cedidos à autarquia enquanto não se concretizar a dissolução obrigatória.

Mas não nos podemos esquecer:

- ✓ Com o memorando da *Troika* e o Orçamento de Estado as autarquias estão obrigadas a reduzir o número de trabalhadores;

- ✓ Foi já anunciada a intenção de regulamentação da mobilidade forçada e a introdução das rescisões de contrato por mútuo acordo para os trabalhadores das autarquias;
- ✓ A hipotética integração dos trabalhadores com vínculo privado na autarquia será apenas a prazo, sendo que esta não é obrigada a abrir-lhes concurso.

E se a autarquia privatizar os serviços, quem acredita que quererá integrar nos seus mapas de pessoal os trabalhadores das empresas, qualquer que seja o seu vínculo?

Porque com estas propostas não podem restar dúvidas que o Governo pretende apenas e tão só:

- ✓ Entregar os serviços públicos locais ao sector privado, que já se posiciona para comprar a preços de saldo mais uma importante fatia do sector público;
- ✓ Despedir em massa os cerca de 16 mil trabalhadores que se calcula hoje trabalharem neste sector;

Pretende o Governo desculpar-se com os compromissos que assumiu com a *Troika* por uma proposta de lei que visa apenas e tão-só desbaratar o sector público, entregando ao sector privado um património incalculável e promover o despedimento em massa de milhares de trabalhadores.

A concretizar-se esta intenção, o Governo promove a retirada de direitos indispensáveis às populações transformando-os em negócios chorudos para uns poucos.

Cria-se assim um terreno fértil para o desenvolvimento de corrupção em larga escala, salvaguardada por uma lei que tudo faz para promover e facilitar a privatização de serviços públicos essenciais.

Porque já é tempo de Governos e “Governantes” perceberem que Portugal é dos Portugueses, os trabalhadores dos TUB/EM - Transportes de Braga/EM, reunidos em Plenário, em 16 de Maio de 2012, decidem:

- Rejeitar liminarmente esta Proposta de Lei;
- Afirmar a intransigente defesa dos serviços públicos, motor de desenvolvimento local e instrumento fundamental para a qualidade de vida das populações;
- Lutar sem tréguas em defesa dos postos de trabalho, contra os despedimentos colectivos em massa que o Governo pretende para o Sector;
- Combater por todos os meios ao seu alcance as privatizações de serviços públicos essenciais.

Braga, 16 de Maio de 2012

O Plenário de Trabalhadores